

Retorno

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

CLIPPING MACRO AUDITORIA E CONSULTORIA (25/07 A
25/08/2011)

Índice

Veículo: Rádio RH.....	4
Veículo: Jornal Valor Econômico.....	5
Veículo: Jornal Valor Econômico.....	7
Veículo: Rádio Estadão/ESPN.....	8
Veículo: Site Abiquifi.org.br.....	9
Veículo: Site Máquina News.....	10
Veículo: Rede Jovem Pan Sat.....	11
Veículo: Site “Fusões e Aquisições”.....	13
Veículo: Jornal Folha de São Paulo.....	14
Veículo: Rádio RH.....	16
Veículo: Revista Gestão & Negócios.....	17
Veículo: Revista Gestão & Negócios.....	18
Veículo: Portal Executivos Financeiros.....	19
Veículo: Jornal Folha de Rondônia.....	20
Veículo: Jornal Diário do Comércio.....	21
Veículo: Site “Consulta Interpostos de Cheque”.....	22
Veículo: Site Barros Auditores & Consultores.....	24
Veículo: Site “Menezes Contabilidade Empresarial”.....	25
Veículo: Site “Tributo e Direito”.....	26
Veículo: Site “SisContábil”.....	27
Veículo: Site “Contabilidade Lobato”.....	28

Veículo: Site “Hangar5 Assessoria Empresarial”	29
Veículo: Site “Prizon Contabilidade”	30
Veículo: Site “ADF Contabilidade”	32
Veículo: Site “EGMD Contábil”	33
Veículo: Site “Borges Taquari Contabilidade”	34
Veículo: Site “Organiza Assessoria Contábil”	34
Veículo: Site “Top Contabilidade Assessoria & Consultoria”	35
Veículo: Site “Juenemann & Associados Auditores e Consultores”	36
Veículo: Site “NetLégis – Seu Portal Contábil e Jurídico”	38
Veículo: Site “Gestus – Soluções em Gestão”	38
Veículo: Portal Terra	39

Veículo: Rádio RH

Data: 26/07/2011

Link: http://www.radorh.com.br/podcasts.php?id_prog=35

Assunto: A história da Macro Auditoria e Consultoria



Veículo: Jornal Valor Econômico

Data: 29/07/2011

Assunto: Expansão externa começa com a descoberta de nichos

29/07/2011

Expansão externa começa com a descoberta de nichos

Por **Jacilio Saraiva** | Para o Valor, de São Paulo

[Ampliar imagem](#)



Frota, da Future Group: agência inaugurou filial no México, em um projeto de expansão que prevê chegar aos EUA

A entrada no mercado internacional pode ser facilitada com a ajuda de nichos de negócios mais acessíveis ao empresário de pequeno porte. "O Brasil é um país com vantagens competitivas no agronegócio, serviços de tecnologia da informação (TI), marketing e franquias", afirma Guilherme Tiezzi, professor de trade marketing do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Além de setores específicos, há facilidades de negociação com países como a França, que abriu no ano passado uma agência no Brasil para ajudar empresas nacionais interessadas em se instalar no país.

Da área de serviços de mobile marketing, a agência Future Group inaugurou em janeiro uma unidade no México, por meio da aquisição de 50% de uma companhia local. "O mercado mexicano é o pontapé inicial de um projeto de expansão que prevê incluir os Estados Unidos até 2012. Atualmente, mais de 80% dos latinos que vivem nos Estados Unidos são mexicanos", diz o sócio André Frota.

A Group desembarcou no exterior com clientes como Santander, LG e Corona. No primeiro ano de atividade, a unidade fora do Brasil pretende faturar R\$ 20 milhões - 20% do que a empresa espera faturar em 2011. O principal desafio da internacionalização é entender as diferenças culturais", diz Frota. "Outra questão importante é unificar as experiências. Investimos no intercâmbio de profissionais entre as duas unidades para promover a troca de expertises."

Para Guilherme Tiezzi, do Insper, países latinos como o México são mais abertos para os empresários em função da proximidade cultural, vantagem logística e pela imagem positiva da marca "Brasil". A internacionalização deve ser tratada como uma expansão. "Mesmo iniciada com uma simples exportação, é uma manobra de risco para os pequenos e médios empresários", avisa. "Perder o foco dos clientes brasileiros nesse momento pode custar caro."

Para ter sucesso, é necessária capacidade financeira para desenvolver novos mercados. A união de pequenos e médios empresários, com investimentos conjuntos no exterior, e o apoio de organizações, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-

Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também podem garantir bons negócios.

Segundo François Removille, diretor no Brasil da Agência Francesa para Investimentos Internacionais (AFII), é possível abrir uma empresa na França em um prazo médio de sete dias e quase todos os procedimentos burocráticos são feitos via internet. "Como as companhias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no país desfrutam de crédito fiscal, os pequenos e médios negócios brasileiros inovadores têm mais uma razão para se interessar pela França, seja em parceria com um sócio local ou abrindo uma filial", explica.

De acordo com Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria, que atende empresas no exterior, estudo realizado pela Comissão Europeia revelou que os setores mais rentáveis para as companhias de menor porte na região são mineração, indústria manufatureira, comércio atacadista, pesquisa e venda de veículos. "Segmentos como transportes e comunicação também estão em alta."

Veículo: Jornal Valor Econômico

Data: 29/07/2011

Assunto: Empresários dão o caminho das pedras

29/07/2011

Empresários dão o caminho das pedras

Por De São Paulo

Conhecer o mercado alvo, estabelecer uma estratégia de expansão e contar com uma boa reserva financeira. Esta é a receita dos empreendedores que já colocaram seus negócios no exterior. "É importante dispor de mão de obra qualificada, conhecimento dos incentivos concedidos pelos países e investir em divulgação", completa Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria, que atende empresas com operações no exterior.

De acordo com o especialista, manter uma página da companhia na internet, com versões em inglês, espanhol e até mandarim, pode ajudar os empresários. "Com a demanda dos países asiáticos, principalmente a China, essa forma de exposição permite ficar à frente da concorrência."

Para estudar os consumidores americanos de perto, Cláudio Miccieli Jr, gerente de novos mercados da rede de restaurantes Giraffas, trabalhou como atendente em Miami. "Antes de pensar em novos mercados, as pequenas e médias empresas devem estudar bem o local a ser explorado", ensina.

A Giraffas, com 360 pontos de venda no Brasil, inaugurou um restaurante no Paraguai em dezembro de 2010 e um ponto na Flórida, no mês passado. Até 2014, a participação das operações no exterior no faturamento da rede deve ser de 15%, principalmente com o franqueamento internacional da marca.

"Empresários que querem crescer no mercado interno precisam estar preparados para enfrentar os grandes players internacionais. Em algum momento, disputarão os mesmos consumidores", diz Miccieli. "A presença no exterior é fundamental para adquirir conhecimento tecnológico e de gestão, além de gerar receitas adicionais."

Fundada em Recife (PE), a E.life, da área de monitoramento e análise de redes sociais, tem operações na Europa desde 2008. "Investimos cerca de R\$ 1 milhão na expansão, principalmente em pessoal", revela Alessandro Barbosa Lima, CEO da empresa de 200 funcionários, com oito clientes em Portugal e na Espanha.

Em dois anos, o projeto de Lima é investir em cidades da América Latina. "Para a experiência dar certo, contrate estrangeiros para a equipe, aprenda outras línguas e tenha um contador local para ajudar na parte legal e de impostos". A E.life faturou R\$ 5 milhões no ano passado e espera atingir R\$ 10 milhões em 2011 - 5% do total vem dos contratos no exterior. Segundo o empresário, um dos maiores desafios na empreitada além-mar é admitir e manter pessoal especializado.

Com a crise lá fora, os empreendedores também estão mais cautelosos. Ronnie Sérgio, diretor da Vialight Design, fabricante de luminárias decorativas em São José do Rio Preto (SP), afirma que deve-se avaliar o potencial de crescimento de vendas no novo destino e ter agilidade para adequar-se a mudanças econômicas. "Observe a concorrência e a margem de lucro pretendida na operação", diz. **(J.S.)**

Veículo: **Rádio Estadão/ESPN** – 92,9 MHz/700 KHZ (São Paulo/SP)

Data: 29/07/2011

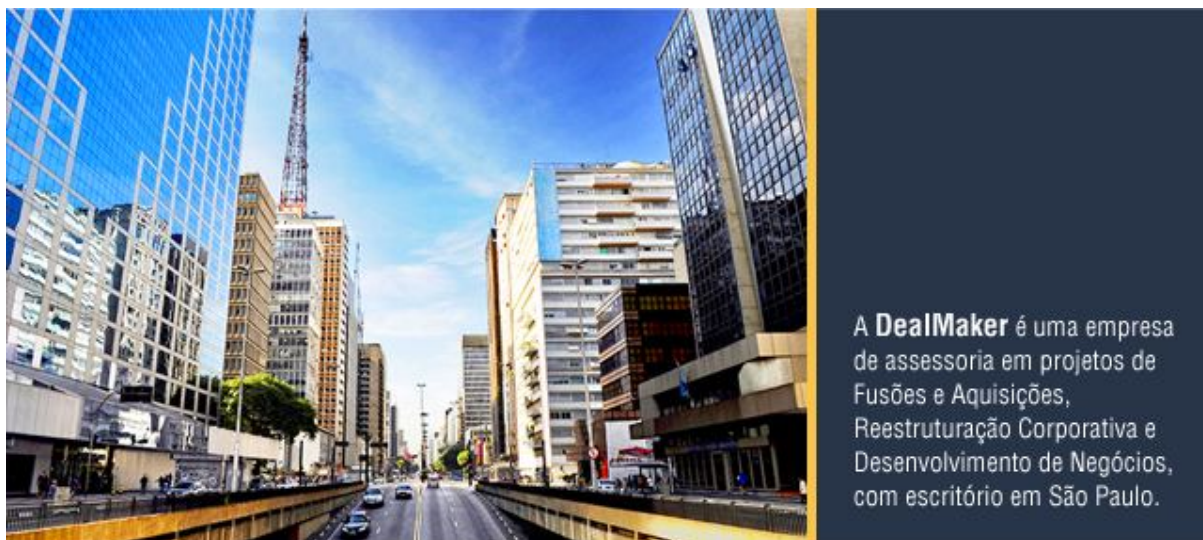
Link: não enviado pela emissora

Assunto: Entrada em vigor da Nota Fiscal Paulista

Veículo: Site Deal Maker – Desenvolvimento de Negócios

Data: 29/07/2011

Link: <http://www.dealmaker.com.br/blog/index.php/2011/07/29/expansao-externa-comeca-com-a-descoberta-de-nichos/>



Expansão externa começa com a descoberta de nichos.

Por admin | Publicado:29 de julho de 2011

A entrada no mercado internacional pode ser facilitada com a ajuda de nichos de negócios mais acessíveis ao empresário de pequeno porte. “O Brasil é um país com vantagens competitivas no agronegócio, serviços de tecnologia da informação (TI), marketing e franquias”, afirma Guilherme Tiezzi, professor de trade marketing do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Além de setores específicos, há facilidades de negociação com países como a França, que abriu no ano passado uma agência no Brasil para ajudar empresas nacionais interessadas em se instalar no país.

Da área de serviços de mobile marketing, a agência Future Group inaugurou em janeiro uma unidade no México, por meio da aquisição de 50% de uma companhia local. “O mercado mexicano é o pontapé inicial de um projeto de expansão que prevê incluir os Estados Unidos até 2012. Atualmente, mais de 80% dos latinos que vivem nos Estados Unidos são mexicanos”, diz o sócio André Frota.

A Group desembarcou no exterior com clientes como Santander, LG e Corona. No primeiro ano de atividade, a unidade fora do Brasil pretende faturar R\$ 20 milhões – 20% do que a

empresa espera faturar em 2011. O principal desafio da internacionalização é entender as diferenças culturais”, diz Frota. “Outra questão importante é unificar as experiências. Investimos no intercâmbio de profissionais entre as duas unidades para promover a troca de expertises.”

Para Guilherme Tiezzi, do Insper, países latinos como o México são mais abertos para os empresários em função da proximidade cultural, vantagem logística e pela imagem positiva da marca “Brasil”. A internacionalização deve ser tratada como uma expansão. “Mesmo iniciada com uma simples exportação, é uma manobra de risco para os pequenos e médios empresários”, avisa. “Perder o foco dos clientes brasileiros nesse momento pode custar caro.”

Para ter sucesso, é necessário capacidade financeira para desenvolver novos mercados. A união de pequenos e médios empresários, com investimentos conjuntos no exterior, e o apoio de organizações, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também podem garantir bons negócios.

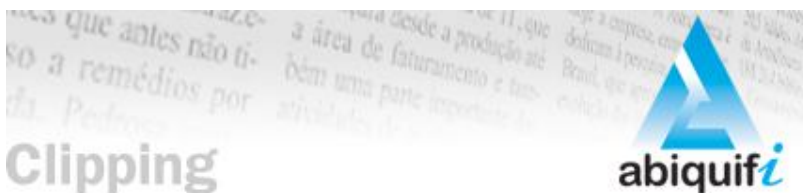
Segundo François Removille, diretor no Brasil da Agência Francesa para Investimentos Internacionais (AFII), é possível abrir uma empresa na França em um prazo médio de sete dias e quase todos os procedimentos burocráticos são feitos via internet. “Como as companhias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no país desfrutam de crédito fiscal, os pequenos e médios negócios brasileiros inovadores têm mais uma razão para se interessar pela França, seja em parceria com um sócio local ou abrindo uma filial”, explica.

De acordo com **Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria**, que atende empresas no exterior, estudo realizado pela Comissão Europeia revelou que os setores mais rentáveis para as companhias de menor porte na região são mineração, indústria manufatureira, comércio atacadista, pesquisa e venda de veículos. “Segmentos como transportes e comunicação também estão em alta.”

Veículo: Site Abiquifi.org.br

Data: 29/07/2011

Link: http://abiquifi.org.br/noticias/clipping/29_07_11_Expansao.html



Jornal

Valor

Econômico

Expansão externa começa com a descoberta de nichos

A entrada no mercado internacional pode ser facilitada com a ajuda de nichos de negócios mais acessíveis ao empresário de pequeno porte. "O Brasil é um país com vantagens competitivas no agronegócio, serviços de tecnologia da informação (TI), marketing e franquias", afirma Guilherme Tiezzi, professor de trade marketing do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Além de setores específicos, há facilidades de negociação com países como a França, que abriu no ano passado uma agência no Brasil para ajudar empresas nacionais interessadas em se instalar no país.

Da área de serviços de mobile marketing, a agência Future Group inaugurou em janeiro uma unidade no México, por meio da aquisição de 50% de uma companhia local. "O mercado mexicano é o pontapé inicial de um projeto de expansão que prevê incluir os Estados Unidos até 2012. Atualmente, mais de 80% dos latinos que vivem nos Estados Unidos são mexicanos", diz o sócio André Frota.

A Group desembarcou no exterior com clientes como Santander, LG e Corona. No primeiro ano de atividade, a unidade fora do Brasil pretende faturar R\$ 20 milhões - 20% do que a empresa espera faturar em 2011. O principal desafio da internacionalização é entender as diferenças culturais", diz Frota. "Outra questão importante é unificar as experiências. Investimos no intercâmbio de profissionais entre as duas unidades para promover a troca de expertises."

Para Guilherme Tiezzi, do Insper, países latinos como o México são mais abertos para os empresários em função da proximidade cultural, vantagem logística e pela imagem positiva da marca "Brasil". A internacionalização deve ser tratada como uma expansão. "Mesmo iniciada com uma simples exportação, é uma manobra de risco para os pequenos e médios empresários", avisa. "Perder o foco dos clientes brasileiros nesse momento pode custar caro."

Para ter sucesso, é necessária capacidade financeira para desenvolver novos mercados. A união de pequenos e médios empresários, com investimentos conjuntos no exterior, e o apoio de organizações, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também podem garantir bons negócios.

Segundo François Removille, diretor no Brasil da Agência Francesa para Investimentos Internacionais (AFII), é possível abrir uma empresa na França em um prazo médio de sete dias e quase todos os procedimentos burocráticos são feitos via internet. "Como as companhias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no país desfrutam de crédito fiscal, os pequenos e médios negócios brasileiros inovadores têm mais uma razão para se interessar pela França, seja em parceria com um sócio local ou abrindo uma filial", explica.

De acordo com **Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria**, que atende empresas no exterior, estudo realizado pela Comissão Europeia revelou que os setores mais rentáveis para as companhias de menor porte na região são mineração, indústria manufatureira, comércio atacadista, pesquisa e venda de veículos. "Segmentos como transportes e comunicação também estão em alta."

Veículo: Site Máquina News

Data: 29/07/2011

Link:

<http://www.maquina.inf.br/maquinaNet/techEngine?sid=MaquinaNet&command=noticiaClippingSite&action=visualizar&RSS=true&idCliente=1109270061088&idNoticia=1311943773890&idClienteRSS=1109270061088>

Expansão externa começa com a descoberta de nichos

A entrada no mercado internacional pode ser facilitada com a ajuda de nichos de negócios mais acessíveis ao empresário de pequeno porte. "O Brasil é um país com vantagens competitivas no agronegócio, serviços de tecnologia da informação (TI), marketing e franquias", afirma Guilherme Tiezzi, professor de trade marketing do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Além de setores específicos, há facilidades de negociação com países como a França, que abriu no ano passado uma agência no Brasil para ajudar empresas nacionais interessadas em se instalar no país.

Da área de serviços de mobile marketing, a agência Future Group inaugurou em janeiro uma unidade no México, por meio da aquisição de 50% de uma companhia local. "O mercado mexicano é o pontapé inicial de um projeto de expansão que prevê incluir os Estados Unidos até 2012. Atualmente, mais de 80% dos latinos que vivem nos Estados Unidos são mexicanos", diz o sócio André Frota.

A Group desembarcou no exterior com clientes como Santander, LG e Corona. No primeiro ano de atividade, a unidade fora do Brasil pretende faturar R\$ 20 milhões - 20% do que a empresa espera faturar em 2011. O principal desafio da internacionalização é entender as diferenças culturais", diz Frota. "Outra questão importante é unificar as experiências. Investimos no intercâmbio de profissionais entre as duas unidades para promover a troca de expertises."

Para Guilherme Tiezzi, do Insper, países latinos como o México são mais abertos para os empresários em função da proximidade cultural, vantagem logística e pela imagem positiva da marca "Brasil". A internacionalização deve ser tratada como uma expansão. "Mesmo iniciada com uma simples exportação, é uma manobra de risco para os pequenos e médios empresários", avisa. "Perder o foco dos clientes brasileiros nesse momento pode custar caro."

Para ter sucesso, é necessária capacidade financeira para desenvolver novos mercados. A união de pequenos e médios empresários, com investimentos conjuntos no exterior, e o apoio de organizações, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também podem garantir bons negócios.

Segundo François Removille, diretor no Brasil da Agência Francesa para Investimentos Internacionais (AFII), é possível abrir uma empresa na França em um prazo médio de sete dias e quase todos os procedimentos burocráticos são feitos via internet. "Como as companhias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no país desfrutam de crédito fiscal, os pequenos e médios negócios brasileiros inovadores têm mais uma razão para se interessar pela França, seja em parceria com um sócio local ou abrindo uma filial", explica.

De acordo com **Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria**, que atende empresas no exterior, estudo realizado pela Comissão Europeia revelou que os setores mais rentáveis para as companhias de menor porte na região são mineração, indústria manufatureira, comércio atacadista, pesquisa e venda de veículos. "Segmentos como transportes e comunicação também estão em alta."

Veículo: Rede Jovem Pan Sat

Data: 01/08/2011

Link: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/economia/2011/08/nota-fiscal-paulistana-entra-em-vigor-hoje-em-sp.html> (COM ÁUDIO!)

Nota Fiscal Paulista entra em vigor hoje em SP

Créditos poderão ser usados para debater até 100% do IPTU. Saiba como funciona!



Reprodução

Jornal da Manhã
Luciana Ferreira

Podcast

A Nota Fiscal Eletrônica entra em vigor hoje na capital paulista com mais benefícios ao contribuinte. Quem solicitar o documento obterá de volta até 30% do que pagou em Imposto Sobre Serviços.

O ISS é cobrado sempre que o contribuinte contrata ou consome atendimento de profissionais liberais como médicos, engenheiros e advogados. E ainda em cabeleireiros, pet shops, lava-rápidos, academias, autoescolas, oficinas mecânicas, estacionamentos, lavanderias, hotéis e motéis. Também vale para creches, colégios, faculdades, cursos de idiomas, estacionamentos e empresas de vigilância e limpeza. **Publicidade**

Os créditos da Nota Fiscal Eletrônica poderão ser usados ainda para abater até 100% do IPTU ou depositados em conta corrente. Outra novidade é a implementação de um sistema de sorteio de prêmios assim como acontece com a Nota Fiscal Paulista. O economista e consultor tributário, Clóvis Panzarini, enfatiza a importância do instrumento no combate à sonegação.

A lei da Nota Fiscal Paulista estabelece que os créditos só poderão ser utilizados em imóvel sobre o qual não recaia débito em atraso. Em entrevista à repórter Luciana Ferreira, o consultor tributário Leandro Cossalter descreve os benefícios para a população de São Paulo.

Estar em dia com a Prefeitura também vale como regra para os contribuintes que se cadastrarem para receber depósito e créditos em dinheiro. O valor mínimo para depósito em conta corrente é de R\$ 25.

Veículo: Site "Fusões e Aquisições"
Data: 01/08/2011

Link: <http://fusoesaquisicoes.blogspot.com/2011/08/expansao-externa-comeca-com-descoberta.html>

Expansão externa começa com a descoberta de nichos.

A entrada no mercado internacional pode ser facilitada com a ajuda de nichos de negócios mais acessíveis ao empresário de pequeno porte. “O Brasil é um país com vantagens competitivas no agronegócio, serviços de tecnologia da informação (TI), marketing e franquias”, afirma Guilherme Tiezzi, professor de trade marketing do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Além de setores específicos, há facilidades de negociação com países como a França, que abriu no ano passado uma agência no Brasil para ajudar empresas nacionais interessadas em se instalar no país.

Da área de serviços de mobile marketing, a agência Future Group inaugurou em janeiro uma unidade no México, por meio da aquisição de 50% de uma companhia local. “O mercado mexicano é o pontapé inicial de um projeto de expansão que prevê incluir os Estados Unidos até 2012. Atualmente, mais de 80% dos latinos que vivem nos Estados Unidos são mexicanos”, diz o sócio André Frota.

A Group desembarcou no exterior com clientes como Santander, LG e Corona. No primeiro ano de atividade, a unidade fora do Brasil pretende faturar R\$ 20 milhões – 20% do que a empresa espera faturar em 2011. O principal desafio da internacionalização é entender as diferenças culturais”, diz Frota. “Outra questão importante é unificar as experiências. Investimos no intercâmbio de profissionais entre as duas unidades para promover a troca de expertises.”

Para Guilherme Tiezzi, do Insper, países latinos como o México são mais abertos para os empresários em função da proximidade cultural, vantagem logística e pela imagem positiva da marca “Brasil”. A internacionalização deve ser tratada como uma expansão. “Mesmo iniciada com uma simples exportação, é uma manobra de risco para os pequenos e médios empresários”, avisa. “Perder o foco dos clientes brasileiros nesse momento pode custar caro.”

Para ter sucesso, é necessária capacidade financeira para desenvolver novos mercados. A união de pequenos e médios empresários, com investimentos conjuntos no exterior, e o apoio de organizações, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também podem garantir bons negócios.

Segundo François Removille, diretor no Brasil da Agência Francesa para Investimentos Internacionais (AFII), é possível abrir uma empresa na França em um prazo médio de sete dias e quase todos os procedimentos burocráticos são feitos via internet. “Como as companhias de pesquisa e desenvolvimento instaladas no país desfrutam de crédito fiscal, os pequenos e médios negócios brasileiros inovadores têm mais uma razão para se interessar pela França, seja em parceria com um sócio local ou abrindo uma filial”, explica. De acordo com **Marcelo Lico, sócio da Macro Auditoria e Consultoria**, que atende empresas no exterior, estudo realizado pela Comissão Europeia revelou que os setores mais rentáveis para as companhias de menor porte na região são mineração, indústria manufatureira, comércio atacadista, pesquisa e venda de veículos. “Segmentos como transportes e comunicação também estão em alta.”

Veículo: Jornal Folha de São Paulo

Data: 07/08/2011

Link: <http://classificados.folha.com.br/negocios/955556-cresce-abertura-de-filiais-por-pequenas-empresas.shtml>

Cresce abertura de filiais por pequenas empresas

PATRÍCIA BASILIO

DE SÃO PAULO

Muitos clientes para pouco espaço. Essa foi a avaliação feita pelo empresário Benjamin Apter, 45, antes de decidir abrir filial da academia B-Active em Higienópolis, bairro do centro de São Paulo, há quatro anos.

A matriz da empresa, criada em 2003 e localizada nos Jardins (zona oeste da capital), "não era mais suficiente para atender a todos os clientes com o mesmo nível de qualidade", avalia Apter. "Com a filial, atinjo um raio maior de consumidores."

Para evitar prejuízos, contudo, o empresário diz ter contratado consultoria para analisar o poder de consumo da região. "Quero expandir aos poucos para crescer de forma sustentável e não comprometer a qualidade do serviço", diz ele, que abrirá filial em Perdizes (zona oeste).

Com o crescimento da economia e o maior poder de compra da população, casos como o da B-Active são cada vez mais comuns no país.



Benjamin Apter na filial da academia B-Active, no Higienópolis

Levantamento da Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo), feito a pedido da Folha, aponta que o total de filiais abertas por sociedades limitadas (pequenas empresas) cresceu 23,7% nos cinco primeiros meses deste ano, em relação a 2010. Até maio, 417 unidades foram criadas no Estado de São Paulo.

O total de filiais abertas -incluindo todos os tipos de sociedade e cooperativa-, no entanto, teve queda de 12,9% no mesmo período. O motivo, segundo José Constantino de Bastos Júnior, presidente da Jucesp, é que "as grandes empresas tendem a acompanhar a média da economia nacional [desaceleração], enquanto as pequenas continuam avançando".

No Brasil, a quantidade de filiais constituídas por sociedades limitadas subiu 11,6% de 2009 a 2010, de acordo com pesquisa do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Entre as anônimas (grandes empresas), a alta foi de 1,6%.

DECISÃO CUIDADOSA

Empolgação e falta de planejamento estratégico foram os principais vilões do projeto de expansão da agência de publicidade paulistana Rae,MP, segundo o empresário Marcelo Ponzoni, 45.

Dois anos depois de abrir a primeira filial em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo) e ter aumentado o faturamento da empresa em 50%, o empreendedor decidiu criar unidade em São José dos Campos (97 km de São Paulo).

A decisão, contudo, não foi resguardada por análise de mercado, diz Ponzoni. "Montei um escritório enorme, mas percebi que não adiantava investir no negócio se não havia clientes na região", considera ele, que afirma ter sofrido um prejuízo de R\$ 140 mil com a unidade, que foi fechada.

Abrir filial de forma precipitada é comum entre pequenos empresários, na avaliação de **Thiago Santana, coordenador tributário da Macro Auditoria e Consultoria**. "É comum acreditarem na ilusão de que, se uma filial deu certo, outra também dará."

O grande erro de Ponzoni foi ter aberto filial em local inadequado, avalia Santana. "É preciso fazer estudo da região que abrigará a unidade para descobrir se o serviço oferecido é condizente com o perfil da população da região", pontua o especialista.

Para isso, Cláudia Bittencourt, sócia da consultoria que leva seu sobrenome, aconselha o empresário a viajar ao local e conhecer a rotina da população. "O sucesso de um negócio depende do interesse do empreendedor em atirar no alvo certo."

Apesar de ter analisado o mercado de Nova York (EUA) e de Madri (Espanha), onde abriu filiais em 2003 e 2006, respectivamente, o empresário Roberto Eckersdorff, 34, dono da Aunica, empresa de marketing interativo, não obteve o sucesso esperado.

O motivo, avalia, foi levar costumes brasileiros a "locais com culturas diferentes". "Não adianta contratar só brasileiros para atuarem em países com outros modelos de trabalho", afirma ele, que fechou as filiais um ano depois de criadas e abriu outra em Porto Alegre (RS) em 2010.

Para o empresário, o valor total do prejuízo, cujo montante ele não quis revelar, não prejudicou a empresa porque o investimento foi "pequeno" e a empresa tinha reservas.

Bittencourt destaca que manter caixa para gastos inesperados, como fez Eckersdorff, "é fundamental para a matriz não ser penalizada".

Para Rômulo Rocha, coordenador-geral dos serviços de registro mercantil do Mdic, a diferença ocorre devido ao maior número de sociedades limitadas registradas no país. "Com a economia em alta, elas crescem em unidade."

Veículo: Rádio RH

Data: 08/08/2011

Link: http://www.radiorh.com.br/podcasts.php?id_entrev=554

Assunto: Fusão de empresas



Veículo: Revista Gestão & Negócios

Data: 13/08/2011

Assunto: Benefícios concedidos à funcionários e retenção de talentos em uma empresa

Veículo: Revista Gestão & Negócios

Data: 13/08/2011

Assunto: Como trabalhar as diferentes faixas etárias em uma mesma equipe de uma empresa?

Veículo: Portal Executivos Financeiros

Data: 15/08/2011

Link: http://www.executivosfinanceiros.com.br/noticia_mostra2.asp?id=81696

Brasil Maior: números chamam atenção, diz Macro Auditoria

15/08/2011

Promulgado através da Medida Provisória 540, o programa Brasil Maior chegou apresentando números que chamam a atenção, como a redução de 20% do custo da folha de pagamento para indústrias que atuam nos ramos têxtil, móveis, calçadista e de TI. Com isso, terão em troca que recolher um percentual de 2,5% sobre o faturamento para as empresas ligadas à tecnologia, e 1,5% para os demais ramos de atividade citados também acima.

Ainda sobre o setor de TI, outro fator importante a ser analisado nestas empresas é que, para aquelas que usam mão de obra terceirizada para o desenvolvimento de suas tecnologias, contratadas a partir de outras pessoas jurídicas, este custo não estará ligado à sua folha de pagamento, portanto não terá efeito na redução dos 20% do INSS.

A análise é do consultor tributário e sócio da **Macro Auditoria e Consultoria, Leandro Cossalter**. O executivo considera também que outros fatores precisam ser analisados. “Além de uma simples conta matemática, existe a forma de como as empresas trabalham seu setor produtivo, pois algumas possuem parque industrial próprio o que leva a ter uma folha de pagamento elevada, mas outras empresas optam por trabalhar com parques terceirizados. Isso pode ser visto muito em empresa têxteis que utilizam facções em seu processo produtivo, neste caso podemos levantar dúvidas sobre até que ponto a troca será vantajosa, tendo em vista que as facções poderão não ter redução dos 20%, pois a sua receita está na prestação do serviço de beneficiamento e não na venda dos produtos.”

Entre outros detalhes, o executivo ressalta que alguns pontos dispostos no programa Brasil Maior tratam-se apenas de uma prorrogação de benefícios, como por exemplo, a prorrogação da isenção do IPI até dezembro de 2012 na produção de bens de capitais, veículos leves, caminhões e matérias e construção, além da questão do ressarcimento dos créditos do PIS e da COFINS das empresas exportadoras em até 60 dias, que antes podiam demorar até cinco anos.

“Em resumo, o que podemos ver deste plano emergencial que irá entrar em vigor somente daqui a 90 dias, é que ele ainda precisa de muito estudo tanto por parte dos contribuintes como por parte do governo, sendo que setores que ficaram de fora neste momento terão que aguardar a tão esperada reforma tributária, ou algum outro plano de emergência”, conclui Cossalter.

Veículo: Jornal Folha de Rondônia (Porto Velho-RO)

Data: 17/08/2011

Assunto: Artigo sobre Plano Brasil Maior (por Leandro Cossalter)

Veículo: **Jornal Diário do Comércio** (São Paulo/SP)

Data: 23/08/2011

Link: <http://www.dcomercio.com.br/index.php/economia/sub-menu-empresas/72141-desoneracao-da-folha-ainda-indefinida>

Diário do Comércio

Desoneração da folha ainda indefinida

Detalhes

Publicado em Terça, 23 Agosto 2011 22:37
Escrito por Sílvia Pimentel



Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo.

"Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Consulta Interpostos de Cheque"

Data: 24/08/2011

Link:

https://www.consultainterpostos.com.br/noticia_detalhes.aspx?id_noticia=5432

Cresce abertura de filiais por pequenas empresas

Muitos clientes para pouco espaço. Essa foi a avaliação feita pelo empresário Benjamin Apter, 45, antes de decidir abrir filial da academia B-Active em Higienópolis, bairro do centro de São Paulo, há quatro anos.

A matriz da empresa, criada em 2003 e localizada nos Jardins (zona oeste da capital), "não era mais suficiente para atender a todos os clientes com o mesmo nível de qualidade", avalia Apter. "Com a filial, atinjo um raio maior de consumidores."

Para evitar prejuízos, contudo, o empresário diz ter contratado consultoria para analisar o poder de consumo da região. "Quero expandir aos poucos para crescer de forma sustentável e não comprometer a qualidade do serviço", diz ele, que abrirá filial em Perdizes (zona oeste).

Com o crescimento da economia e o maior poder de compra da população, casos como o da B-Active são cada vez mais comuns no país.

Leticia Moreira/Folhapress



Benjamin Apter na filial da academia B-Active, no Higienópolis

Levantamento da Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo), feito a pedido da Folha, aponta que o total de filiais abertas por sociedades limitadas (pequenas empresas) cresceu 23,7% nos cinco primeiros meses deste ano, em relação a 2010. Até maio, 417 unidades foram criadas no Estado de São Paulo.

O total de filiais abertas -incluindo todos os tipos de sociedade e cooperativa-, no entanto, teve queda de 12,9% no mesmo período. O motivo, segundo José Constantino de Bastos Júnior, presidente da Jucesp, é que "as grandes empresas tendem a acompanhar a média da economia nacional [desaceleração], enquanto as pequenas continuam avançando".

No Brasil, a quantidade de filiais constituídas por sociedades limitadas subiu 11,6% de 2009 a 2010, de acordo com pesquisa do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Entre as anônimas (grandes empresas), a alta foi de 1,6%.

DECISÃO CUIDADOSA

Empolgação e falta de planejamento estratégico foram os principais vilões do projeto de expansão da agência de publicidade paulistana Rae,MP, segundo o empresário Marcelo Ponzoni, 45.

Dois anos depois de abrir a primeira filial em Ribeirão Preto (313 km de São Paulo) e ter aumentado o faturamento da empresa em 50%, o empreendedor decidiu criar unidade em São José dos Campos (97 km de São Paulo).

A decisão, contudo, não foi resguardada por análise de mercado, diz Ponzoni. "Montei um escritório

enorme, mas percebi que não adiantava investir no negócio se não havia clientes na região", considera ele, que afirma ter sofrido um prejuízo de R\$ 140 mil com a unidade, que foi fechada.

Abrir filial de forma precipitada é comum entre pequenos empresários, na avaliação de **Thiago Santana, coordenador tributário da Macro Auditoria e Consultoria**. "É comum acreditarem na ilusão de que, se uma filial deu certo, outra também dará."

O grande erro de Ponzoni foi ter aberto filial em local inadequado, avalia Santana. "É preciso fazer estudo da região que abrigará a unidade para descobrir se o serviço oferecido é condizente com o perfil da população da região", pontua o especialista.

Para isso, Cláudia Bittencourt, sócia da consultoria que leva seu sobrenome, aconselha o empresário a viajar ao local e conhecer a rotina da população. "O sucesso de um negócio depende do interesse do empreendedor em atirar no alvo certo."

Apesar de ter analisado o mercado de Nova York (EUA) e de Madri (Espanha), onde abriu filiais em 2003 e 2006, respectivamente, o empresário Roberto Eckersdorff, 34, dono da Aunica, empresa de marketing interativo, não obteve o sucesso esperado.

O motivo, avalia, foi levar costumes brasileiros a "locais com culturas diferentes". "Não adianta contratar só brasileiros para atuarem em países com outros modelos de trabalho", afirma ele, que fechou as filiais um ano depois de criadas e abriu outra em Porto Alegre (RS) em 2010.

Para o empresário, o valor total do prejuízo, cujo montante ele não quis revelar, não prejudicou a empresa porque o investimento foi "pequeno" e a empresa tinha reservas. Bittencourt destaca que manter caixa para gastos inesperados, como fez Eckersdorff, "é fundamental para a matriz não ser penalizada".

Para Rômulo Rocha, coordenador-geral dos serviços de registro mercantil do Mdic, a diferença ocorre devido ao maior número de sociedades limitadas registradas no país. "Com a economia em alta, elas crescem em unidade."

Veículo: Site Barros Auditores & Consultores

Data: 24/08/2011

Link: http://www.barrosauditores.com.br/news_ver.php?codnews=313

24/08/2011

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Menezes Contabilidade Empresarial"

Data: 24/08/2011

Link: http://www.mcecontabilidade.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Tributo e Direito"

Data: 24/08/2011

Link: <http://tributoedireito.blogspot.com/2011/08/desoneracao-da-folha-ainda-indefinida.html>

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "SisContábil"

Data: 24/08/2011

Link: http://15173246.sisteste.me/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Contabilidade Lobato"

Data: 24/08/2011

Link: http://www.contabilidadelobato.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Hangar5 Assessoria Empresarial"

Data: 24/08/2011

Link: http://hangar5.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Prizon Contabilidade"

Data: 24/08/2011

Link: <http://www.prizoncontabilidade.com.br/noticias-aberta.php?id=852>

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "ADF Contabilidade"

Data: 24/08/2011

Link: http://adfconsulting.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "EGMD Contábil"

Data: 24/08/2011

Link: http://egmdcontabil.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site “Borges Taquari Contabilidade”

Data: 24/08/2011

Link:

http://www.contabilidadeborgestaquari.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site “Organiza Assessoria Contábil”

Data: 24/08/2011

Link: http://organizacontabil.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Top Contabilidade Assessoria & Consultoria"

Data: 24/08/2011

Link: http://topcontabilidade.com/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site "Juenemann & Associados Auditores e Consultores"

Data: 24/08/2011

Link: http://www.juenemann.com.br/news_ver.php?codnews=313

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site “NetLégis – Seu Portal Contábil e Jurídico”

Data: 24/08/2011

Link: <http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivo=detalhesDestaques.jsp&cod=39546>

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Site “Gestus – Soluções em Gestão”

Data: 24/08/2011

Link: <http://www.grupogestus.com.br/blog-post?post=374>

Desoneração da folha ainda indefinida

Consultores, tributaristas e contadores ainda estão debruçados sobre o texto da MP 540, que trata do programa Brasil Maior, nome dado à nova política industrial do governo, e aguardam mais detalhes normativos. Um dos pontos mais importantes e que há muito tempo vem sendo defendido pelo empresariado é a desoneração da folha de salários. Por ora, ela vai ocorrer nas indústrias dos ramos têxtil, de móveis, calçadista e de TI. A partir de dezembro deste ano, essas empresas deixam de recolher a contribuição patronal ao INSS, alíquota de 20%, em troca de uma tributação que incidirá sobre o faturamento. Os setores calçadistas, de móveis e têxteis vão pagar alíquota de 1,5% e o de TI, 2,5%.

Para o coordenador do departamento tributário da **Macro Auditoria e Consultoria, Thiago Santana**, a troca da tributação da folha pelo Faturamento tanto pode reduzir como aumentar o custo para as empresas. Para saber o resultado dessa equação, é preciso fazer uma minuciosa análise gerencial de custo. "Para as companhias que usam mão de obra terceirizada, a substituição pode não ser vantajosa e elas terão aumento do custo, no final das contas", analisa. Nesse caso, por outro lado, o governo será o grande beneficiado. "Isso porque vai receber algo que antes não era tributado, no caso o faturamento", explica.

A consultoria ainda não analisou os dados de seus clientes porque aguarda respostas a muitos questionamentos gerados pela medida emergencial do governo. Uma das dúvidas é se a nova tributação (pelo faturamento) será opcional ou não. Outra questão é saber se haverá benefícios para as empresas que tenham aumento de custo com a substituição.

Vantagem – A Abicalçados, no entanto, avalia como positiva a medida do governo. Pelos cálculos da entidade, a desoneração deverá representar para os fabricantes uma Economia de até 40% no que se refere à contribuição patronal ao INSS. O percentual exato vai depender de peculiaridades de cada empresa, como o peso da mão de obra e quantidade de itens exportados. Na prática, quanto maior a representatividade da folha sobre o faturamento, maior será a vantagem em recolher a contribuição com base no faturamento.

Outra Variável importante a ser analisada é o nível de exportação. Pelo texto da medida provisória, deve ser excluída do Faturamento sobre o qual a empresa vai calcular 1,5% de contribuição previdenciária a receita de exportação. Dessa forma, quanto maior o volume das vendas externas, menor será a base de cálculo.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) também recebeu com entusiasmo a medida. Mas pede mudanças, como a redução na alíquota, fixada em 1,5% pelo governo, e a possibilidade para que o recolhimento sobre o Faturamento seja opcional. A entidade estima que o valor da folha de pagamento nas indústrias do setor representa, em média, 20% do faturamento, o que tornaria atrativa a troca. Algumas empresas, entretanto, terceirizam a sua produção, com a contratação de Serviços de costura, por exemplo.

Veículo: Portal Terra

Data: 25/08/2011

Link: <http://operacoes cambiais.terra.com.br/noticias/pessoa-fisica-3/moeda-como-alternativa-169>

Operações Cambiais

Moeda como alternativa

Veja se é válida a compra de euro e dólar durante uma crise

Foto: Dreamstime



Especialistas não aconselham guardar dinheiro em baixo do colchão para esperar a crise passar

Com a crise econômica mundial preocupando, investidores buscam alternativas para fugir da instabilidade da bolsa. Uma delas é a compra de euro e dólar que, atualmente, apresentam baixa cotação. Porém, especialistas não concordam e há controvérsias quanto à utilização de moedas como meio de investimento.

Sócio da Money Fit e especialista em finanças pessoais, Antonio de Julio, além de não considerar a compra de espécies como sendo um bom investimento, vê dificuldades. “Moeda não gera lucro. É diferente de comprar ações de uma empresa que gera caixa. A empresa investe para crescer e dá retorno a seus acionistas”, conta.

O operador de câmbio da OMDTVM, Mauriciano Cavalcante explica que a compra de dólar e euro é considerada investimento, mas na verdade não o é. “No mercado de balcão, a venda dessas moedas é considerada, oficialmente, para turismo. Mas as pessoas acabam comprando e guardando para especular”, afirma.

Douglas Nogueira, operador de Bovespa da empresa MBK Vermont Investimentos diz que não é correto comprar dólar turismo e guardar para tentar vender no futuro. Além disso, o Banco Central

(BC) não permite esse tipo de especulação. “No Brasil, a regulação do BC é forte e a moeda é negociada mais para turismo. Não aconselho ao investidor comprar e guardar debaixo do colchão”, acrescenta.

Fernando Segato, gerente da divisão de auditoria da Macro Auditoria e Consultoria, explica o comportamento do investidor que compra moedas em tempos de baixa cotação. “Basicamente, a tendência do mercado, quando vê a bolsa indo mal ou caindo, é querer fugir para coisas que sentem ser mais seguras e o dólar, por exemplo, tem essa conotação”, conta.

Por ser uma moeda mundial e pertencer àquela que ainda é considerada a maior economia do mundo, os Estados Unidos, o dólar ainda dá a sensação de certa segurança. Mas, ainda de acordo com Segato, ao contrário do que muitos pensam, moedas em espécie não são um investimento seguro, principalmente a longo prazo. Isso porque a cotação baixa de uma moeda hoje, não garante a sua valorização no futuro. “É arriscado demais. A pessoa pode dar muita sorte ou muito azar. A instabilidade das moedas é muito grande. Não recomendo para pessoas que não têm conhecimento de mercado”, aconselha.

Outras vias

Existem alternativas para aqueles que buscam outros meios de investimento quando a bolsa de valores está em crise e dá seus sustos. Nogueira aponta que, além de fundos cambiais, ouro e os considerados seguros títulos de dívida do governo são uma boa opção. Ele conta ainda que, no mercado da BM&FBOVESPA, o investidor consegue comprar contratos de moeda futura, que podem ser um substituto à compra de moeda em papel. “Cada contrato equivale a US\$ 50 mil dólares e, a cada dia, é valorizado ou retraído de acordo com a cotação da moeda. O investidor emite a autorização, a gente entra no sistema da bolsa e efetua a compra”, conta.

Nesse caso, o comprador não precisa ter todo o capital do contrato, apenas uma margem de garantia de 20% do valor – que pode ser em ações ou títulos e não necessariamente em dinheiro. “A pessoa fica com o contrato e, conforme o preço varia, ela perde ou ganha”, complementa. A taxa de corretagem a ser cobrada por cada contrato é de 0,15% sobre o valor de contrato.

Informações para a Imprensa

RETORNO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA – “Com a palavra, sua empresa”

Thiago Paes

E-mail: thiagopaes_30@hotmail.com

Tel.: (11) 8229-8862/ (13) 9772-5859

Skype: retornoestrategic